



MUNICÍPIO DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ENDEREÇO:	Rua Coronel Mateus Paiva, nº 110, centro
TELEFONE:	28 3199-0472
E-MAIL:	saude@muqui.es.gov.br

1. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

a. Foi elaborado Estudo Técnico Preliminar?
Sim.

2. DO OBJETO

Contratação de empresa para execução de serviços de reforma e adequação de 04 (quatro) Unidades Básicas de Saúde (UBS's) do Município de Muqui/ES. (Sendo 04 lotes).

3. TIPO DE CONTRATAÇÃO

a. **Prestação de Serviços.**

b. Se prestação de serviço, o mesmo trata-se de natureza de execução continuada?
Não

4. NECESSÁRIO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Não.

5. HOUVE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Não.

6. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS

a. Será admitida a participação de consórcios de empresas?

Não.

7. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo a execução de serviços de reforma e adequação de 04 (quatro) Unidades Básicas de Saúde do Município de Muqui/ES, visando melhorar as condições estruturais, funcionais e operacionais das unidades de atendimento à saúde pública municipal.

A necessidade da contratação decorre do desgaste natural das edificações públicas, da necessidade de adequação às normas técnicas e sanitárias vigentes, bem como da necessidade de proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores e

RUA CEL. MATEUS PAIVA, BAIRRO SANTO AGOSTINHO, MUQUI-ES

Tel/Fax.: (028)319-90456

e-mail: obras@muqui.es.gov.br



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

melhor atendimento à população usuária do sistema público de saúde.

As unidades necessitam de intervenções em suas estruturas físicas, sistemas elétricos, hidrossanitários, revestimentos, cobertura, acessibilidade e demais elementos construtivos, sendo indispensável a contratação de empresa especializada para execução adequada dos serviços.

A Administração Municipal não dispõe de equipe técnica, equipamentos e estrutura operacional suficientes para execução integral das obras, tornando necessária a contratação de empresa especializada, observando-se as normas técnicas, de segurança e qualidade aplicáveis.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E/OU SERVIÇO

a. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação deverá observar integralmente as diretrizes, princípios e exigências estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas correlatas aplicáveis às contratações públicas, assegurando a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público. A execução contratual deverá garantir a adequada aplicação dos recursos públicos, buscando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da qualidade dos serviços a serem executados.

A contratação enquadra-se como **serviço comum de engenharia**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que os serviços de manutenção, reforma e adequação das Unidades Básicas de Saúde possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, permitindo sua perfeita caracterização, comparação e fiscalização pela Administração Pública.

Considerando as características das intervenções previstas e a individualidade de cada unidade contemplada, a contratação poderá ser realizada por **lotes distintos**, correspondentes à UBS Babilônia, UBS Camará (São Gabriel), UBS Centro e UBS São Pedro. O parcelamento do objeto mostra-se tecnicamente viável e



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

economicamente vantajoso, em conformidade com o princípio do parcelamento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que amplia a competitividade do certame, possibilita a participação de empresas de menor porte, favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração e reduz os riscos decorrentes da concentração da execução contratual em uma única empresa. Além disso, a divisão em lotes permite maior flexibilidade na gestão e fiscalização dos contratos, contribuindo para o cumprimento dos prazos e para a adequada execução dos serviços em cada unidade de saúde.

A empresa contratada deverá comprovar capacidade técnica e operacional compatível com a complexidade dos serviços, possuindo registro regular junto ao CREA e/ou CAU, bem como apresentar responsável técnico legalmente habilitado para acompanhamento e execução das atividades contratadas. A contratada deverá manter durante toda a vigência contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

Os serviços deverão ser executados em estrita observância às normas técnicas vigentes, especialmente às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), às normas de acessibilidade, às regulamentações sanitárias aplicáveis às unidades de saúde e às demais exigências legais pertinentes. Deverão ser observados critérios de qualidade, durabilidade, segurança estrutural, funcionalidade dos ambientes e adequação das instalações, garantindo a plena utilização das edificações após a conclusão dos serviços.

Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de mão de obra qualificada, materiais, insumos, equipamentos, ferramentas, dispositivos de proteção coletiva e individual, transporte e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração. Todos os materiais empregados deverão possuir qualidade compatível com as especificações técnicas do projeto e atender às normas técnicas aplicáveis.

A contratada deverá cumprir rigorosamente as normas de segurança e saúde no trabalho, adotando todas as medidas preventivas necessárias à proteção dos trabalhadores, usuários das unidades de saúde e terceiros eventualmente afetados pela execução dos serviços. Também deverá observar a legislação ambiental vigente, promovendo a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados e adotando práticas que minimizem impactos ambientais.

A execução dos serviços deverá ocorrer em conformidade com o cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração, observando os prazos, etapas e



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

metas estabelecidos. A contratada será responsável pela qualidade dos serviços executados e pela correção de eventuais falhas, defeitos ou vícios identificados durante a fiscalização ou dentro dos prazos legais de garantia.

O prazo de execução dos serviços será de até 04 (quatro) meses para cada unidade de saúde, conforme cronograma físico-financeiro integrante do processo. O contrato terá vigência de 4 (quatro) meses, contados da data de sua assinatura, podendo sofrer alterações nas hipóteses legalmente previstas.

A contratação poderá ser alterada, suspensa ou rescindida nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante justificativa formal da Administração e observância do interesse público, assegurados os direitos das partes e o devido processo legal quando aplicável.

Imperioso acrescentar:

1. Requisitos Técnicos

1.1. A empresa deverá possuir experiência comprovada na execução de serviços de reforma predial e obras de engenharia similares ao objeto contratado., mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

1.2. Os serviços deverão ser executados conforme normas técnicas da ABNT, normas de segurança do trabalho e demais legislações aplicáveis.

1.3. A contratada deverá disponibilizar engenheiro civil responsável, devidamente registrado no CREA, com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para todas as etapas da execução.

1.4. A empresa deverá executar os serviços conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro.

2. Requisitos Operacionais

2.1. Disponibilizar equipe técnica qualificada e suficiente para execução dos serviços;

2.2. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários;

2.3. Garantir a execução dos serviços dentro das condições técnicas adequadas e padrões de qualidade exigidos;

2.4. Executar os serviços sem comprometer o funcionamento das atividades



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

essenciais das unidades de saúde quando aplicável.

3. Requisitos de Segurança

- 3.1. Cumprir integralmente as normas de saúde e segurança do trabalho, especialmente NR-18 (Condições de Segurança na Indústria da Construção), NR-11 (Transporte e Movimentação de Materiais) e NR-35 (Trabalho em Altura).
- 3.2. Disponibilizar **EPIs** completos e adequados, bem como assegurar que todos os operários estejam treinados para o uso.
- 3.3. Implementar medidas de prevenção de acidentes, incluindo áreas isoladas, sinalização de risco e supervisão constante durante as operações de içamento.

4. Requisitos Documentais

- 4.1. **Apresentar** ART do engenheiro responsável antes do início dos serviços.
- 4.2. Apresentar atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto.
- 4.3. Comprovar regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa conforme legislação vigente.
- 4.4. Fornecer seguro contra acidentes e danos a terceiros, quando houver previsão.

5. Requisitos de Prazo e Execução

- 5.1. A empresa deve cumprir o cronograma acordado, garantindo a conclusão dentro dos prazos previstos.
- 5.2. Qualquer alteração de prazo deverá ser previamente justificada e aprovada pela fiscalização.

6. Requisitos de Garantia e Responsabilidade

- 6.1. A empresa é responsável por todos os danos ocasionados ao patrimônio público ou a terceiros durante a execução dos serviços.
- 6.2. Serviços executados em desconformidade deverão ser refeitos sem ônus adicional para a Administração.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

a. Condições de entrega e/ou execução do objeto:

O prazo de execução dos serviços será de 04 (quatro) meses para cada UBS, contados após assinatura da ordem de serviço, cujo início guarda conformidade com a proposta comercial.

b. Garantia manutenção e assistência técnica:

RUA CEL. MATEUS PAIVA, BAIRRO SANTO AGOSTINHO, MUQUI-ES

Tel/Fax.: (028)319-90456

e-mail: obras@muqui.es.gov.br



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- a. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da contratação ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- c. O fiscal administrativo da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- d. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- a. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- b. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- c. O pagamento pelo efetivo cumprimento das obrigações deverá ser efetuado conforme disposto no Capítulo X do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021, mediante a apresentação de nota fiscal ou da fatura pelo contratado e devidamente atestadas pela Administração, observado ainda o prazo estabelecido no contrato ou instrumento equivalente vigente.

13. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

- a. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de:
LICITAÇÃO.

RUA CEL. MATEUS PAIVA, BAIRRO SANTO AGOSTINHO, MUQUI-ES

Tel/Fax.: (028)319-90456

e-mail: obras@muqui.es.gov.br



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

b. Sob a forma:
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA.

c. Com adoção do critério de julgamento pelo:
Menor Preço.

d. Sistema de Registro de Preços?
NÃO

e. Regime de execução em obras e serviços de engenharia:
Empreitada por preço Global por lotes individuais de UBS, com base no preço da planilha.

f. Critério de divisão e/ou alocação dos itens que compõem a aquisição e/ou contratação:
DIVISÃO EM LOTES.

g. apresentação de justificativa quanto a adoção de critérios de divisão por grupo e global.

O critério de divisão adotado para a presente contratação será o **parcelamento do objeto em lotes distintos**, correspondentes a cada uma das Unidades Básicas de Saúde a serem contempladas, quais sejam: UBS Babilônia, UBS Camará (São Gabriel), UBS Centro e UBS São Pedro.

A adoção desse critério encontra fundamento no princípio do parcelamento previsto na Lei nº 14.133/2021, sendo tecnicamente justificada pela natureza dos serviços, os quais, embora semelhantes em sua tipologia (reformas e adequações prediais), apresentam especificidades próprias em cada unidade, decorrentes das diferentes condições físicas, demandas de intervenção e características construtivas de cada edificação.

A divisão por lotes possibilita a contratação de empresas distintas para cada unidade, ampliando a competitividade do certame, favorecendo a participação de empresas de diferentes portes e promovendo maior economicidade na contratação. Além disso, contribui para a descentralização da execução, reduzindo riscos de concentração contratual, aumentando a eficiência da fiscalização e permitindo maior controle sobre prazos, qualidade e desempenho dos serviços executados em cada UBS.



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Do ponto de vista operacional, o parcelamento em lotes também favorece a gestão contratual, uma vez que permite o acompanhamento individualizado de cada obra, minimizando impactos decorrentes de eventuais atrasos ou intercorrências em uma unidade sobre as demais, garantindo maior previsibilidade e eficiência na execução global do objeto.

Dessa forma, a divisão adotada mostra-se a solução mais adequada sob os aspectos técnico, administrativo e econômico, em consonância com o interesse público e com os princípios que regem as contratações públicas.

f. Habilitação Jurídica:

- i.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - Microempendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU, inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.
 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- h. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**
- Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Prova de Regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União - Certidão Conjunta PGFN e



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RFB);

- Prova de regularidade (certidão) com o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);
- Prova de regularidade (certidão) com a Fazenda Estadual - Estado Sede da Empresa licitante;
- Prova de regularidade (certidão) com a Fazenda Municipal da Sede do Licitante;
- Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em atendimento à Lei nº 12.440/2011;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ.
- Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

i. Qualificação Econômico-Financeira:

- Certidão Negativa de Pedido de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou por meio **eletrônico** através de sítio eletrônico do Tribunal de Justiça, observada a data de validade definida no instrumento. No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação; Caso a licitante apresente Certidão Positiva, poderá participar, desde que o juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a administração pública, levando em consideração o objeto a ser contratado, em atendimento ao PARECER/CONSULTA TC Nº 008/2015 - PLENÁRIO - PROCESSO - TC-3519/2013 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

j. Qualificação Técnica:

- Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente,

RUA CEL. MATEUS PAIVA, BAIRRO SANTO AGOSTINHO, MUQUI-ES

Tel/Fax.: (028)319-90456

e-mail: obras@muqui.es.gov.br



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA/Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade;

- Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de **atestado de responsabilidade técnica** por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

Para o Engenheiro Civil, Elétrico, Mecânico ou Arquiteto, serviços de:

- Cobertura em telha cerâmica, tipo colonial;
- Telhamento com telha estrutural de fibrocimento;
- Trama de madeira composta por ripas, caibros e terças para telhados;
- Emassamento em parede com massa acrílica;
- Pintura acrílica em parede;
- Forro em réguas de PVC;
- Revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato.
- O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- Comprovação de aptidão para execução de serviço de **complexidade tecnológica e operacional** equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
 - Cobertura em telha cerâmica, tipo colonial: **70,56m²**
 - Telhamento com telha estrutural de fibrocimento: **90,21m²**
 - Trama de madeira composta por ripas, caibros e terças para telhados: **70,56m²**
 - Emassamento em parede com massa acrílica: **374,58m²**
 - Pintura acrílica em parede: **374,58m²**
 - Forro em réguas de PVC: **107,19m²**

RUA CEL. MATEUS PAIVA, BAIRRO SANTO AGOSTINHO, MUQUI-ES

Tel/Fax.: (028)319-90456

e-mail: obras@muqui.es.gov.br



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- Revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato: **107,15m²**
- Será admitida, para fins de comprovação, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando o critério de parcelamento do objeto em lotes distintos, correspondentes às Unidades Básicas de Saúde a serem contempladas com o serviço, a presente contratação foi estruturada de forma a garantir a individualização dos investimentos por unidade, promovendo melhor organização e controle dos recursos destinados a cada localidade.

Nestes termos, estima-se os seguintes valores para a contratação pleiteada:

Lote 01 – UBS Babilônia: R\$ 180.464,59

Lote 02 – UBS Camará (São Gabriel): R\$ 390.408,26

Lote 03 – UBS Centro: R\$ 231.851,50

Lote 04 – UBS São Pedro: R\$ 310.039,39

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ficha 140;

Fonte 16210000.

16. DO REAJUSTE

a. Os preços propostos são irrevogáveis, durante o prazo de um ano, contado da data da tabela referencial, por força do disposto na legislação em vigor, salvo quando houver aumento relevante de preço, provocando desequilíbrio financeiro do contrato.

b. Na ocorrência de fato motivador tanto de repactuação quanto de equilíbrio econômico-financeiro, serão observadas as disposições do Artigo 92 da Lei 14.133/2021.

c. Não obstante o disposto no subitem precedente, ajustam as partes que, caso haja



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

alterações do dispositivo legal que determina aplicação de reajuste com periodicidade anual, ou então, na hipótese de diminuição dessa periodicidade, os preços avençados neste subitem, passarão a ser reajustado com a mesma periodicidade determinada pelo novo dispositivo ou, caso tenha havido a simples extinção dessa periodicidade, os preços contratuais passarão a ser reajustados mensalmente.

d. Em ocorrendo uma das situações previstas no subitem anterior ou após 12 (doze) meses da data da apresentação das propostas, os preços serão reajustados utilizando índice do INCC - Índice Nacional de Custo de Construção, considerando-se como data-base a data do orçamento estimativo, nos termos do Art. 25, § 7º da Lei 14.133/2021.

e. O reajuste afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As penalidades administrativas são aquelas previstas na legislação federal, impondo-se, para sua aplicação, a observância dos procedimentos descritos no contrato ou instrumento equivalente.

Muqui - ES

02/06/2026.

18. INDICAÇÃO DOS FISCAIS

a. São indicados para fiscalizar esta aquisição/contratação os seguintes servidores (titulares e suplentes):

Fiscal de Contrato:

Titular:

Nome: Adilson do Nascimento Gomes

Cargo/Função: Atendente de Ambulatório

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Matrícula: 07800

Suplente:

Nome: Mileide Motta Mendonça Santos

Cargo/Função: Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Matrícula: 10748

19. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Mileide Motta Mendonça Santos

RUA CEL. MATEUS PAIVA, BAIRRO SANTO AGOSTINHO, MUQUI-ES

Tel/Fax.: (028)319-90456

e-mail: obras@muqui.es.gov.br



MUNICÍPIO DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde

20. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

José Marcos de Castro
Secretario Municipal de Saúde

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MILEIDE MOTTA MENDONÇA SANTOS
COORDENADOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
COFUMS - SEMSA - PMMUQUI
assinado em 03/06/2026 09:19:45 -03:00

JOSE MARCOS DE CASTRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL
SEMSA - SEMSA - PMMUQUI
assinado em 03/06/2026 09:20:35 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 03/06/2026 09:20:35 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MILEIDE MOTTA MENDONÇA SANTOS (COORDENADOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - COFUMS - SEMSA - PMMUQUI)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-2Z1155>